



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na Vara Única da Comarca de  
Solonópole/CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 09/2019/CGJCE**

**Corregedor Geral da Justiça:  
Desembargador Teodoro Silva Santos**

**Juiz Corregedor Auxiliar:  
Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Júnior**

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b> (dados coletados do FICOVI)	
Processo	8500601-23.2019.8.06.0026 (SAJADM – CPA)
Unidade	Vara Única da Comarca de Solonópole
Entrância	Entrância Inicial
Endereço	Av. Prefeito José Sifredo Pinheiro, 108, Centro, Solonópole/CE (Fórum Dr. Dolor Uchôa Barreira)
Período da Inspeção	13/03/2019
Portaria	09/2019

<b>2 DA JUÍZA – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Nome: <b>DRA. ANA CÉLIA PINHO CARNEIRO</b>	Matrícula: <b>1847</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Juíza de Direito <input type="checkbox"/> Juíza Substituta <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Exercício cumulativo: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? <b>Vara Única e Juizado Especial de S. Pompeu</b>
Ingresso na Magistratura: <b>21/09/2009</b>	Ingresso na Vara: <b>09/01/2018</b>
A Juíza reside na Comarca?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Obs.: <b>Reside na sede da Zona Judiciária - Quixadá</b>
A Juíza estava presente no dia da inspeção?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Obs.: <b>A magistrada justificou sua ausência, em virtude de estar cumprindo pauta de audiências na Comarca de Senador Pompeu, mantendo contato com o Juiz Corregedor Auxiliar, o qual recebeu a assistência do Supervisor da Unidade, Raimundo Everardo de Carvalho</b>
A Juíza exerce a função de Diretor do Fórum?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A Juíza exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual?
A Juíza exerce a Jurisdição Eleitoral?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A Juíza exerce a função de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL</b> (dados coletados do FICOVI)		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
<b>Raimundo Everardo de Carvalho</b>		
<b>3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>02</b>
<b>Maria Daniele Ribeiro</b>		
<b>Urbano Gomes de Sousa Júnior</b>		
<b>3.4 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>

<b>3.5 CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>09</b>
<b>Francisca Patrícia Figueiredo do Nascimento</b>		
<b>Silvaneide de Souza Pereira</b>		
<b>Vanessa Nogueira da Silva</b>		
<b>Carlas Danieles Maia</b>		
<b>Vaulo Cezar da Silva Júnior</b>		
<b>Adriano Pinheiro Dantas</b>		
<b>Fátima Pinheiro Oliveira da Silva</b>		
<b>Veranda Kytéria Carvalho de Oliveira</b>		
<b>Pedro Marcilio Albuquerque de Castro</b>		
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.7 ASSISTENTE</b>		
<b>Alexandre de Freitas Lobo</b>		
<b>3.8 SUPERVISOR</b>		
<b>Raimundo Everardo de Cavalho</b>		

<b>4 DO PROMOTOR (dados retirados do FICOVI)</b>	
Nome: <b>Dra. Regina Mariana Araújo Ermel de Oliveira</b>	Ingresso na Vara: <b>23/09/2014</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Quais?

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO – NÃO HÁ NA COMARCA (dados retirados do FICOVI)</b>	
Nome: <b>Prejudicado</b>	Ingresso na Vara: <b>Prejudicado</b>
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

<b>6 DA UNIDADE JUDICIÁRIA (dados coletados junto à Unidade Inspeccionada)</b>	
Competência: <b>Jurisdição Cível e Criminal – Vara Única</b>	
<b>6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL</b>	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Possui acessibilidade? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estrutura física: <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssima	
Reclamações/constatações:	
<b>6.2 MOBILIÁRIO</b>	
Mobiliário:	<input checked="" type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssimo

Reclamações/constatações:	
<b>6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>	
Equipamentos à disposição:	<input checked="" type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Insuficiente
Reclamações/constatações:	
<b>6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE</b>	
Há falta de material de expediente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Reclamações/constatações: <b>A rota de entrega do material de expediente pelo TJCE demora a abastecer o fórum local.</b>	

<b>7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)</b>	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	<b>10</b>
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	<b>10</b>
Processos são cadastrados no CPA	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<b>8 DA DISTRIBUIÇÃO – VARA ÚNICA (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há ações pendentes de distribuição?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição	

<b>9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Como é feito?	

<b>10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Processos Físicos	<input checked="" type="checkbox"/> SAJ Físico
Processos Digitais	<input type="checkbox"/> SAJPG <input type="checkbox"/> PJe

<b>11 DO ACERVO PROCESSUAL (dados coletados do último relatório de inspeção e do FICOVI)</b>	
Acervo na data da inspeção: <b>5.843 processos pendentes de baixa, dos quais 4.545 pendentes de julgamento (Sistema de Estatística e Informações – SEI)</b>	
Acervo na última inspeção: <b>2.267</b>	
<input type="checkbox"/> Diminuiu <input checked="" type="checkbox"/> Aumentou	Diferença: <b>3.576</b>
Justificativa: <b>A Unidade recebeu 794 feitos da Vinculada de Irapuan Pinheiro e 3.738 da Vinculada de Milhã, como também passaram a tramitar os processos novos das mencionadas Vinculadas.</b>	

<b>12 PRODUTIVIDADE (dados coletados do Sistema SEI)</b>	
<b>12.1 Gestão de desempenho (Ano: 2019 – Atualização em 11/03/2019)</b>	
Processos novos	<b>350</b>
Processos pendentes de julgamento	<b>4.545</b>
Processos julgados	<b>916</b>
Processos pendentes de baixa	<b>5.843</b>
Processos baixados	<b>83</b>
Taxa de congestionamento	<b>83,07%</b>
<b>12.2 Gestão do acervo (Março/2019)</b>	
Processos conclusos para sentença	<b>20</b>

Processos julgados e não baixados	<b>1.298</b>	
Processos entrados no mês	<b>1</b>	
Processos julgados no mês	<b>33</b>	
Processos baixados no mês	<b>3</b>	
<b>12.3 Processos prioritários</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	<b>522</b>
	Pendente de Baixa	<b>624</b>
Réu Preso	Pendente de Julgamento	<b>29</b>
	Pendente de Baixa	<b>39</b>
Portador de Doença Grave	Pendente de Julgamento	<b>2</b>
	Pendente de Baixa	<b>2</b>

<b>13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA</b> (dados coletados do SAJ Físico – Relatório Gerencial)			
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE, DE 01/2018 a 02/2019 (11 MESES TRABALHADOS)			
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	DESPACHOS
<b>672</b>	<b>997</b>	<b>371</b>	<b>2.051</b>
MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE, DE 01/2018 a 02/2019 (11 MESES TRABALHADOS)			
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	DESPACHOS
<b>61,09</b>	<b>90,64</b>	<b>33,73</b>	<b>186,45</b>

<b>14 SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS</b> (dados coletados do FICOVI)	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS</b>	
Para Sentença	<b>269</b>
Para Decisão	<b>30</b>
Para Despacho	<b>703</b>
Liminares Pendentes de análise	<b>0</b>
É feito algum controle em processos no qual é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	( ) Sim (X) Não
Se sim, como é feito esse controle?	
Justificativa: <b>Em regra os pedidos de liminares são apreciados tão logo são apresentados pelas partes, não havendo postergações.</b>	
<b>14.2 PROCESSOS PARALISADOS</b> (dados coletados do SAJ Físico – Relatório Gerencial da Vara)	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias	<b>1.444</b>
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 365 dias	<b>45</b>
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 365 dias	<b>00</b>
Total	<b>1.489</b>

<b>15 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS</b> (dados coletados junto a unidade inspecionada)	
<b>15.1 NA SECRETARIA</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	( ) diária ( ) semanal ( ) quinzenal (X) mensal ( ) não é feito controle.

É feito um monitoramento nos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input checked="" type="checkbox"/> por matéria <input type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto? <b>2 (dois)</b>
O apazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Há conciliador nomeado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Conciliador é servidor efetivo?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

Há demora na realização de perícias?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não Explique: <b>conciliações pré-processuais</b>
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Gestão de Pessoas</b>	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:	<b>13, sendo 3 bacharéis em Direito</b>
<b>Satisfação do Cliente</b>	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<b>15.2 NO GABINETE</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <b>Critério legal</b> <input type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, período: <b>fevereiro de 2019</b> <input type="checkbox"/> não
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
A divisão de trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input checked="" type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: <b>impulso na realização de audiências/Júris</b>
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal - InfoJud?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SerasaJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
<b>Gestão de Pessoas</b>	
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? <b>1 (um)</b> <input type="checkbox"/> não
A Juíza estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <b>Número semanal de atos</b> <input type="checkbox"/> não
A Juíza realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?

<b>16 AUDIÊNCIAS NA UNIDADE INSPECIONADA – ÚLTIMOS 12 MESES</b> (dados coletados junto ao FICOVI)	
Total de Audiências realizadas	<b>998</b>
Audiências cíveis realizadas	<b>222</b>
Audiências criminais realizadas	<b>756</b>
Audiências infância e Juventude realizadas	<b>11</b>
Audiências de custódia realizadas	<b>09</b>
Processos aguardando a designação de audiências	<b>318</b>
Processos aguardando a realização de audiência	<b>148</b>
Audiência designada com a data mais distante	<b>28/08/19</b>

<b>17 TRIBUNAL DO JURI</b> (dados coletados junto ao FICOVI)	
Quantidade de Processos	<b>34</b>
Juris realizados (últimos 12 meses)	<b>05</b>
Juris pendentes de realização	<b>02</b>
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	<b>02</b>
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	<b>07</b>

<b>18 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>18.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO HÁ MAIS DE 100 DIAS</b>	
Processos em andamento: <b>252</b>	
<b>18.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS</b>	
Processos em andamento: <b>16</b>	
<b>18.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS</b>	
Processos em andamento: <b>156</b>	
<b>18.4 CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
Processos em andamento: <b>118</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>28/09/2016</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
4320-76.2016.8.06.0168	Vistos em inspeção. Carta precatória ajuizada em 28/09/2016, que teve por finalidade fiscalizar o cumprimento de recolhimento domiciliar noturno de apenado. Sem informações a respeito da fiscalização deprecada, desde 19/06/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara, que colha informações da autoridade policial acerca do cumprimento do ato deprecado.
603-85.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Carta precatória ajuizada em 05/12/2018, que teve por finalidade a realização de perícia médica. Perícia agendada para o dia 20/02/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara, que colha informações acerca do laudo pericial.
1077-57.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Carta precatória ajuizada em 17/12/2018, que teve por finalidade a oitiva de vítima de um crime. Audiência de cumprimento do ato deprecado designada para o dia 23/04/2019, segundo informações contidas nos expedientes intimatórios anexados ao processo. No entanto, não se vê nenhum despacho ou ato ordinatório nos autos referindo-se à designação do ato deprecado. Recomenda-se à Juíza da Vara, que formalize dentro do feito o agendamento do ato deprecado.
1073-20.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Carta precatória ajuizada em 17/12/2018, que teve por finalidade a inquirição de testemunha da acusação. Audiência de cumprimento do ato deprecado designada para o dia 23/04/2019, segundo informações contidas nos expedientes intimatórios anexados ao processo. No entanto, não se vê nenhum despacho ou ato ordinatório nos autos referindo-se à designação do ato deprecado. Recomenda-se à Juíza da Vara, que formalize dentro do feito o agendamento do ato deprecado.
216-37.2019.8.06.0200	Vistos em inspeção. Carta precatória ajuizada em 18/02/2019, que teve por finalidade a citação e intimação de parte para comparecimento em audiência agendada no deprecante para o dia 15/03/2019. Expediente citatório/intimatório ainda não confeccionado, apesar da proximidade da audiência no juízo requerente. Recomenda-se à Juíza da Vara, que determine o imediato cumprimento do expediente intimatório.
<b>18.5 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO</b>	
Processos em andamento: <b>624</b>	
Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>10/12/2008</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
82-81.2012.8.06.0191	Vistos em inspeção. Ação anulatória ajuizada em 10/12/2008. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
196-17.2017.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 05/05/2017. Processo paralisado desde 24/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.

2927-24.2013.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de reintegração de posse ajuizada em 07/08/2013. Processo paralisado desde 24/07/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
29-34.2016.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação ordinária de inexistência de débito ajuizada em 21/01/2016. Processo pronto para julgamento desde 10/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara o julgamento da demanda.
61-05.2017.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de indenização ajuizada em 10/03/2017. Processo paralisado desde 02/11/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
<b>18.6 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ</b>	
Processos em andamento: <b>1.011</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>30/08/2006</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
307-04.2012.8.06.0191	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 18/08/2011. Fato ocorrido em 01/10/2007. Denúncia recebida em 2011. Processo com tramitação morosa e sem instrução iniciada. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade ao andamento do feito, inclusive para evitar a incidência da prescrição, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
323-28.2012.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 19/08/2016. Fato ocorrido em 17/09/2012. Denúncia recebida em 26/10/2016. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade ao andamento do feito, inclusive para evitar a incidência da prescrição, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
1071-26.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de busca e apreensão ajuizada em 12/11/2010. Processo paralisado desde 22/06/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
1077-33.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de execução fiscal ajuizada em 12/12/2011. Há nos autos pedido da exequente no sentido de que seja reconhecida a prescrição quinquenal da cobrança, formulado em 24/08/2018. Processo paralisado desde então. Recomenda-se à Juíza da Vara a apreciação do requerimento da exequente.
1211-60.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação ordinária para reintegração de cargo público ajuizada em 10/09/2010. Processo com tramitação atrasada e paralisado desde 08/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 2 do CNJ.
<b>18.7 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ</b>	
Processos em andamento: <b>52</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>10/08/2008</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
300-23.2008.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 10/08/2008 e ainda não julgada. Apuração de crimes contra a administração pública. Processo em fase de alegações finais. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.

2143-18.2011.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 16/03/2011 e ainda não julgada. Apuração de crimes contra a administração pública. Processo pronto para julgamento desde 29/01/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
2138-93.2011.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 16/03/2011 e ainda não julgada. Apuração de crimes contra a administração pública. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
2059-17.2011.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 15/02/2011 e ainda não julgada. Apuração de crimes contra a administração pública. Processo pronto para julgamento desde 08/02/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
2028-31.2010.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 13/07/2010 e ainda não julgada. Apuração de crimes contra a administração pública. Processo pronto para julgamento desde 29/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 4 do CNJ.
<b>18.8 PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ</b>	
Processos em andamento: <b>11</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>16/07/2007</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
402-70.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 16/07/2007 e ainda não julgada. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
365-43.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 22/09/2008 e ainda não julgada. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
1036-66.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 01/07/2010 e ainda não julgada. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
386-80.2012.8.06.0191	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 25/08/2010 e ainda não julgada. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
193-04.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Civil Pública ajuizada em 23/08/2012 e ainda não julgada. Processo com tramitação morosa. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda, visando o cumprimento da Meta 6 do CNJ.
<b>18.9 MANDADOS DE SEGURANÇA</b>	
Processos em andamento: <b>35</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>21/08/2012</b>

<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
83-05.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 22/02/2013 e ainda não julgado. Processo paralisado desde 10/10/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
129-50.2015.8.06.0191	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 22/07/2015 e ainda não julgado. Processo paralisado desde 07/12/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
177-77.2013.8.06.0191	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 22/01/2014 e ainda não julgado. Processo paralisado desde 17/04/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
541-85.2014.8.06.0200	Vistos em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 31/07/2014 e julgado em 13/07/2017. Recomenda-se à Secretaria da Vara, que certifique se a decisão emitida transitou em julgado, porquanto o feito encontra-se paralisado desde 26/06/2018, após efetivação de intimação no DJe.
<b>18.10 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	
Processos em andamento: <b>106</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>12/04/2011</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
3215-98.2015.8.06.0168	Vistos em inspeção. Representação ofertada em 05/04/2017. Ato infracional ocorrido em agosto de 2015. Processo pronto para julgamento desde 03/12/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara o julgamento do feito.
4039-86.2017.8.06.0168	Vistos em inspeção. Representação ofertada em 29/06/2017. Ato infracional ocorrido em 12/04/2017. Proposta de remissão homologada na audiência de apresentação, ocorrida em 04/10/2017. Processo em fase de cumprimento da medida socioeducativa. Recomenda-se à Juíza da Vara que colha informações a respeito do cumprimento das medidas impostas.
3907-29.2017.8.06.0168	Vistos em inspeção. Representação ofertada em 08/06/2017. Ato infracional ocorrido em 14/03/2017. Audiência de apresentação realizada em 05/07/2017, com apresentação de defesa em 05/10/2017. O feito aguarda deliberação judicial acerca da designação da audiência de instrução e julgamento desde 05/10/2017. Recomenda-se à Juíza da Vara que dê prosseguimento ao feito.
565-79.2015.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de adoção ajuizada em 04/08/2015 e ainda não julgada. Feito paralisado desde 19/06/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
1214-15.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de adoção ajuizada em 12/04/2011 e ainda não julgada. Feito paralisado desde 14/03/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
483-19.2013.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de adoção ajuizada em 06/06/2013 e ainda não julgada. Feito paralisado desde 16/09/2015. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
<b>18.11 PROCESSOS RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA</b>	
Processos em andamento: <b>230</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>29/07/2004</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

3831-39.2016.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de investigação de paternidade ajuizada em 17/03/2016. Processo aguardando o exame de DNA, agendado para 07/05/2019.
519-27.2014.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de divórcio ajuizada em 17/07/2014. Processo ainda não julgado e paralisado desde 29/05/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
2569-88.2015.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de execução de alimentos ajuizada em 04/03/2015. Processo ainda não julgado e paralisado desde 16/11/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
188-04.2016.8.06.0191	Vistos em inspeção. Ação de execução de alimentos ajuizada em 24/08/2016. Processo ainda não julgado e paralisado desde 01/02/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
<b>18.12 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS</b>	
Processos em andamento: <b>39</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>Prejudicado</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
4-50.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 06/02/2018. Instrução em andamento, com designação de audiência em continuação para o dia 23/04/2019, além da expedição de cartas precatórias para inquirição de testemunhas e interrogatório do acusado.
597-84.2018.8.06.0166	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 28/02/2019. À Juíza da Vara, para prosseguimento do feito.
2677-88.2013.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 06/05/2014. Processo com instrução encerrada e em fase de alegações finais. Recomenda-se à Secretaria da Vara, o cumprimento do despacho de fl. 150, visando a intimação da defesa para apresentação de sua peça.
512-93.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 26/04/2018. Audiência de instrução designada para o dia 23/04/2019.
<b>18.13 EXECUÇÃO PENAL</b>	
Processos em andamento: <b>78</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>14/12/2010</b>
É utilizada a calculadora do CNJ?	(X) Sim ( ) Não, por que?
Atestado de Pena a cumprir é expedido anualmente?	(X) Sim ( ) Não, por que?
<b>Obs.: A Cadeia Pública de Solonópole/Milhã/Irapuan Pinheiro encontra-se interdita, tendo ocorrido a transferência dos presos provisórios e cumprindo pena em regime fechado. Ainda não foram expedidas/remetidas as guias de recolhimento para os Juízos nos quais os presos estão recolhidos. No concernente aos presos do regime semiaberto, foram colocadas tornozeleiras eletrônicas e estipulada condição de recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga. Já os presos em regime aberto, cumprem condições estipuladas pelo juízo. Informações coletadas junto ao Supervisor da Vara.</b>	
<b>18.14 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI</b>	
Processos em andamento: <b>34</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>11/03/1997</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
2436-85.2011.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 05/07/2012. Processo preparado para julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca desde 16/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, a convocação do Tribunal do Júri e inclusão do feito em pauta de julgamento.

546-53.2007.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 26/05/2011. Processo preparado para julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca desde 31/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, a convocação do Tribunal do Júri e inclusão do feito em pauta de julgamento.
2529-43.2014.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 08/09/2017. Processo com instrução em andamento, havendo pendência de inquirição de testemunhas através de cartas precatórias encaminhadas ao deprecado, as quais foram devolvidas sem o devido cumprimento. Recomenda-se à Juíza da Vara, o prosseguimento do feito.
2561-19.2012.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 20/04/2016. Processo com instrução em andamento, havendo pendência de inquirição de testemunha através de carta precatória encaminhada ao deprecado. Recomenda-se à Juíza da Vara, que determine a cobrança do cumprimento e devolução da mencionada carta.
2624-78.2011.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 07/02/2013. Processo com instrução encerrada. Recomenda-se à Juíza da Vara, o prosseguimento do feito.
<b>18.15 ALVARÁ JUDICIAL</b>	
Processos em andamento: <b>38</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>20/02/2013</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
3211-61.2015.8.06.0168	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 01/09/2015 e ainda não julgado. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
274-73.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 26/09/2018 e ainda não julgado. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
883-57.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 13/11/2018 e ainda não julgado. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
3816-02.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 31/01/2018 e ainda não julgado. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
3814-32.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Alvará judicial ajuizado em 31/01/2018 e ainda não julgado. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
<b>18.16 REGISTRO PÚBLICO</b>	
Processos em andamento: <b>45</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>19/02/2013</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
256-24.2016.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de justificação de óbito ajuizada em 11/04/2016 e ainda não julgada. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
4204-02.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de registro tardio de óbito ajuizada em 18/05/2018 e ainda não julgada. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.

4205-84.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de registro tardio de óbito ajuizada em 18/05/2018 e ainda não julgada. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
934-68.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação de registro tardio de óbito ajuizada em 12/08/2018 e ainda não julgada. Recomenda-se à Juíza da Vara agilizar o encerramento da presente demanda, a qual não possui complexidade.
<b>18.17 CURATELA</b>	
Processos em andamento: <b>63</b>	Data ajuizamento do processo mais antigo: <b>11/11/2010</b>
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
533-68.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 12/11/2018. Proferido despacho inicial em 06/12/2018, quando foi determinada a citação do promovido, nomeação de perito e abertura de vista ao MP. À Secretaria da Vara, para o cumprimento da deliberação judicial.
472-13.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 12/11/2018. Proferido despacho inicial em 06/12/2018, quando foi determinada a citação do promovido, nomeação de perito e abertura de vista ao MP. À Secretaria da Vara, para o cumprimento da deliberação judicial.
434-98.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 04/07/2018. Proferido despacho inicial em 21/02/2019, quando foi determinada a citação do promovido, nomeação de perito e abertura de vista ao MP. À Secretaria da Vara, para o cumprimento da deliberação judicial.
433-16.2018.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação de Interdição ajuizada em 03/07/2018. Proferido despacho inicial em 21/02/2019, quando foi determinada a citação do promovido, nomeação de perito e abertura de vista ao MP. À Secretaria da Vara, para o cumprimento da deliberação judicial.
<b>18.18 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
4184-79.2016.8.06.0168	Vistos em inspeção. TCO. Contravenção penal de porte ilegal de arma branca ocorrido em 02/08/2016. Foi deprecada a realização de audiência preliminar ao Juízo de Saboeiro em 08/08/2018. Processo paralisado, aguardando a devolução da mencionada carta precatória. Recomenda-se à Secretaria da Vara, a cobrança da precatória devidamente cumprida, evitando-se a incidência da prescrição da pretensão punitiva.
4696-28.2017.8.06.0168	Vistos em inspeção. TCO. Crime de trânsito ocorrido em 17/06/2017. Foi deprecada a realização de audiência preliminar ao Juízo de Jaguaratama em 08/08/2018. Processo paralisado, aguardando a devolução da mencionada carta precatória. Recomenda-se à Secretaria da Vara, a cobrança da precatória devidamente cumprida.

3435-96.2015.8.06.0168	Vistos em inspeção. TCO. Contravenção penal de porte ilegal de arma branca ocorrido em 30/09/2015. Audiência preliminar realizada em 24/11/2016, sendo homologada a transação penal, com imposição de pena de prestação de serviços à comunidade durante seis meses, por 8 horas semanais. Encaminhamento do autor do fato a órgão público para cumprimento da pena em 16/02/2017. Recomenda-se à Secretaria da Vara, que colha informações a respeito do cumprimento da pena, conforme o contido no ofício de fl. 15.
4024-54.2016.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal. Denúncia ofertada em 11/04/2018. Crime de uso de substância entorpecente ocorrido em 15/05/2016. Denúncia ainda não recebida. Recomenda-se à Secretaria da Vara, a designação da audiência de instrução e julgamento, como determinado na decisão de fl. 18/19.
<b>18.19 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
3809-44.2017.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação declaratória de inexistência de débito ajuizada em 20/02/2017 e ainda não julgada. Processo paralisado desde 06/11/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
439-24.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação anulatória de contrato ajuizada em 22/03/2018 e ainda não julgada. Processo paralisado desde 07/12/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no encerramento desta demanda.
397-72.2018.8.06.0200	Vistos em inspeção. Ação anulatória de contrato ajuizada em 26/02/2018 e ainda não julgada. Recomenda-se à Juíza da Vara, que imprima celeridade no encerramento desta demanda.

<b>19 PROCESSOS MAIS ANTIGOS EM TRAMITAÇÃO</b>	
Obs.: Pelos dados coletados no Sistema de Estatística e Informação, os processos mais antigos encontram-se arquivados provisoriamente ou em guarda intermediária, tratando-se os mesmos de ações, em sua grande maioria, de inventário/arrolamento. Excluindo-se os feitos nessa condição, obteve-se a informação de que os mais antigos são os seguintes planilhados:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
97-27.2009.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 23/02/2010. Processo paralisado desde 26/03/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara a movimentação do feito, visando a sua finalização.
407-67.2008.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 07/07/2009. Processo paralisado desde 31/10/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara a movimentação do feito, visando a sua finalização.
356-56.2008.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 29/05/2014. Processo paralisado desde 06/12/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara a movimentação do feito, visando a sua finalização.
224-33.2007.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 07/02/2013. Processo paralisado desde 28/01/2019. Recomenda-se à Juíza da Vara a movimentação do feito, visando a sua finalização.
519-70.2007.8.06.0168	Vistos em inspeção. Ação Penal ajuizada em 11/07/2007. Processo paralisado desde 27/11/2018. Recomenda-se à Juíza da Vara a movimentação do feito, visando a sua finalização.

<b>20 ESTABELECIMENTO PRISIONAL – INTERDITADA</b> (dados coletados do FICOVI) OBS.: <b>Interditado por sentença judicial proferida no Processo nº 130-71.2016.8.06.0200.</b>		
<b>20.1 INFORMAÇÕES GERAIS</b>		
Nome do Prédio	<b>Prejudicado</b>	
Endereço	<b>Prejudicado</b>	
Quantidade de celas	<b>Prejudicado</b>	
Capacidade de cada cela	<b>Prejudicado</b>	
Existe cadastro/controlado de presos provisórios?	( ) Sim ( ) Não	
<b>20.2 QUANTIDADE DE PRESOS</b>		
	Masculino	Feminino
Presos provisórios	<b>Prejudicado</b>	
Regime Fechado	<b>Prejudicado</b>	
Regime Semiaberto	<b>Prejudicado</b>	
Regime Aberto	<b>Prejudicado</b>	
<b>Total</b>		
<b>20.3 RECLAMAÇÕES DOS PRESOS</b>		
<b>Prejudicado</b>		

<b>21 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ</b> (dados coletados do FICOVI)		
<b>21.1 Meta 1</b>		
No ano de 2018, a Unidade inspecionada não atingiu a Meta 1 do CNJ, chegando ao percentual de <b>85,41%</b> , porém deve ser considerada a redistribuição de 4.532 processos oriundos das Comarcas Vinculadas de Deputado Irapuan Pinheiro e Milhã. Com relação ao ano de 2019, segundo os dados extraídos do SEI, o módulo está atingindo a referida Meta 1 do CNJ com o percentual de <b>261,71%</b> .		
<b>21.2 Meta 2</b>		
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	<b>1.011</b>	
<b>21.3 Meta 4</b>		
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	<b>52</b>	
<b>21.4 Meta 6</b>		
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	<b>11</b>	
<b>21.5 Meta 8</b>		
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	<b>Prejudicado</b>	

<b>22 PROJETOS</b> (dados coletados junto à Unidade inspecionada)		
<b>22.1 PROJETO PAI PRESENTE</b>		
Projeto está implantado: (X) Sim ( ) Não	Portaria de implantação:	
Ações realizadas: <b>Notificação do suposto pai</b>		
<b>22.2 PROJETO DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO</b>		
Há unidades interligadas implantadas: ( ) Sim (X) Não		
Se não houver, como está ocorrendo o registro de crianças:		
<b>22.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA</b>		
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(X) Sim ( ) Não	
Possui sala específica para a videoconferência?	( ) Sim (X) Não	
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	( ) Sim (X) Não	
Já realizou audiência por videoconferência:	( ) Sim (X) Não	

<b>23    NORMATIVOS IMPORTANTES (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)</b>		
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Aplicação</b>
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciais exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	( ) Sim (X) Não
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciais com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	(X) Sim ( ) Não
Provimento nº 01/2016/CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.	(X) Sim ( ) Não

<b>24    RECLAMAÇÕES</b>
<b>Não houve reclamações</b>

<b>25</b>	<b>RECOMENDAÇÕES</b>
	<b>I) Continuar atendendo à Meta 1, do CNJ, no ano de 2019 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).</b>
	<b>II) Manter monitoramento e efetivação da Meta 2, do CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau), uma vez que a Unidade apresenta expressivo número de feitos na mencionada meta, com aumento substancial de 759 processos em relação aos números da última inspeção, realizada em 13/09/2017 (Processo nº 8502955-89.2017.8.06.0026).</b>
	<b>III) Manter monitoramento e efetivação da Meta 4, do CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2019, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão), principalmente em virtude de aumento de 16 feitos em relação aos números obtidos da última inspeção, realizada em 13/09/2017 (Processo nº 8502955-89.2017.8.06.0026).</b>
	<b>IV) Manter monitoramento e efetivação da Meta 6, do CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau), principalmente em virtude de aumento de 9 feitos em relação aos números obtidos da última inspeção, realizada em 13/09/2017 (Processo nº 8502955-89.2017.8.06.0026).</b>
	<b>V) Movimentar, no prazo de 45 dias, todos os processos atualmente conclusos, bem assim aqueles paralisados há mais de 100 dias (de 101 a 180 dias – 1.444 processos; de 181 e 365 dias – 45 processos; de mais de 365 dias – 00 processos) que se encontram na unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo.</b>
	<b>VI) Manter entendimento com a autoridade de Polícia Judiciária de Solonópole, para implementar o agendamento prévio das audiências preliminares, com o intuito de agilizar a tramitação do procedimento.</b>
	<b>VII) Providenciar a abertura de livro de reclamação, o qual deverá ficar em local acessível aos jurisdicionados e operadores do direito, nos termos do art. 33, do Provimento CGJCE nº 01/2007.</b>
	<b>VIII) Cumprir o Provimento CGJCE nº 09/2017, que dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais.</b>
	<b>IX) Utilizar o sistema de audiências por videoconferência nos processos de réus presos, que estejam em estabelecimentos prisionais de outros Juízos.</b>
	<b>X) Emitir ato ordinatório referente a designações de audiências, uma vez que, em vários processos inspecionados, verificou-se que, nos expedientes intimatórios, as audiências foram agendadas, no entanto não havia, dentro dos autos, o ato de aprazamento.</b>
	<b>XI) Imprimir maior agilidade nas ações vinculadas ao estatuto do idoso e processos da infância e juventude.</b>
	<b>XII) Imprimir celeridade no andamento dos processos de curatela, por envolverem portadores de doenças graves.</b>
	<b>XIII) Realizar trabalho para regularizar as inconsistências detectadas no sistema SEI, principalmente em relação às cartas precatórias, posto que constam no citado sistema a tramitação de 118, quando, na verdade, tramitam somente 13 delas na Unidade. Da mesma forma, deve ser realizada uma verificação dos números referentes ao acervo da Vara, uma vez que há divergências consideráveis nos dados do SAJ físico e do SEI (diferença de 912 processos), bem como dos processos com prazos excedidos (sem movimentação há mais de 100 dias), onde se constatou o mesmo problema.</b>
	<b>XIV) Impulsionar os processos das Vinculadas de Irapuan Pinheiro e Milhã que ainda não foram movimentados após a redistribuição.</b>
	<b>XV) Providenciar a identificação de todos os processos prioritários, principalmente dos oriundos das Vinculadas de Irapuan Pinheiro e Milhã.</b>

XVI) Dispensar maior atenção no andamento dos mandados de segurança, já que tramitam na Unidade 35 ações dessa natureza.
XVII) Providenciar a expedição/remessa das guias de recolhimento dos condenados em regime fechado aos juízos nos quais eles cumprem suas penas, porquanto, segundo informações do Supervisor da Unidade, a providência ainda não foi adotada.
XVIII) Providenciar a convocação do Tribunal do Júri da Comarca de Solonópole e o lançamento em pauta de julgamento dos feitos preparados.
XIX) Designar as audiências nos 318 processos que aguardam a realização do ato.
XX) Providenciar a conclusão dos 10 processos administrativos disciplinares instaurados em face do Titular do Cartório do 2º Ofício da Comarca, no prazo de 60 dias, comunicando o resultado à Corregedoria ao final do prazo.
XXI) Providenciar o controle da cobrança das custas finais dos processos onde não há deferimento da gratuidade judiciária.
XXII) Providenciar a regularização do acervo referente à Comarca Vinculada de Irapuan Pinheiro, para que não constem mais processos na mesma, porquanto todos os processos dela deverão tramitar na Comarca-Sede de Solonópole.
XXIII) Não mais manter produtividade individual da magistrada na Comarca Vinculada de Milhã, uma vez que todos os processos da referida Vinculada já foram recebidos na Comarca-Sede de Solonópole.

## 26 CONCLUSÃO

Concluídos os trabalhos da presente inspeção, constatou-se, de um modo geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular, embora ainda se verifique processos exigindo maior celeridade, segundo as observações contidas acima.

O acervo da Unidade inspecionada é expressivo, mormente após o recebimento de 794 processos da Vinculada de Irapuan Pinheiro e 3.738 feitos da Vinculada de Milhã, totalizando 5.843 processos em andamento na Vara Única da Comarca de Solonópole.

A Unidade inspecionada encontra-se sem Juiz Titular desde o dia 09/01/2018.

A Dra. Ana Célia Pinho Carneiro, Juíza de Direito do 1º Juizado Auxiliar da 3ª Zona Judiciária, com sede em Quixadá, responde pelo módulo inspecionado, desde sua vacância, além de, atualmente, responder pela Vara Comum e pela Vara do Juizado Especial da Comarca de Senador Pompeu.

A magistrada em respondência mantém uma boa média mensal de atos jurisdicionais no último ano trabalhado, período de janeiro de 2018 a fevereiro de 2019 – 11 meses trabalhados (**sentenças – 61,09; audiências – 90,64; decisões interlocutórias – 33,73; e despachos – 186,45**).

Observa-se, ainda, que, com a tramitação de todos os processos das cidades de Solonópole, Irapuan Pinheiro e Milhã na Unidade inspecionada, tem ocasionado uma substancial elevação do número de feitos ajuizados como se extraí dos dados do SEI, referentes aos três últimos meses – **dezembro/2018: 112; janeiro/2019: 210; fevereiro/2019: 155** –, o que dificulta a diminuição do acervo processual, principalmente por não haver Juiz Titular na Vara.

Ademais, também tem prejudicado o normal processamento das ações a falta de Oficiais de Justiça no Juízo há mais de 2 anos.

Portanto, consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se que não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. Os esforços da Magistrada à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao Supervisor da Unidade, o qual deverá, no prazo de 48 horas, repassá-lo à magistrada, confirmando por certidão, a ser encaminhada aos autos desta inspeção (processo nº 8500601-23.2019.8.06.0026), a cientificação da Judicante, que, por sua vez, em cumprimento ao Provimento nº 06/2007-CGJ/CE, deve apresentar resposta às recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Solonópole/CE, 13 de março de 2019.

**ERNANI PIRES PAULA PESSOA JÚNIOR**

Juiz Corregedor Auxiliar